



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA

Palavras-Chave: Meio ambiente, Educação ambiental crítica, Formação continuada

Autoras:

RAQUEL OLIVEIRA GUALBERTO DE SOUZA — FE/UNICAMP
Prof^a Dr^a ANA ELISA SPAOLONZI QUEIROZ ASSIS — FE/UNICAMP

INTRODUÇÃO

Em 2019, a Organização Meteorológica Mundial (WMO), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em estudos climáticos, publicou a vigésima quinta edição da Declaração Sobre o Estado da Mudança Climática. O documento expõe dados referentes ao ano de 2018 e, com o apoio das edições já publicadas, elabora um panorama da mudança climática dos últimos 25 anos. A Declaração expressa a urgência em modificar diversos setores da sociedade (como transporte, construção e uso da terra), visto que a ação humana gerou um aumento de aproximadamente 1°C na média da temperatura global desde o período pré-industrial (ONU, 2019).

Segundo o relatório especial produzido pelo Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), publicado em outubro de 2018, o máximo de elevação na temperatura que o planeta pode suportar sem gerar danos irreversíveis para a vida na Terra é de 1,5°C em relação ao período anterior à industrialização. Caso não haja mudanças no modo de vida em geral, a expectativa é que, por volta de 2040, atinja-se o limite estipulado (ROGELJ et al., 2018).

Para combater as mudanças climáticas, surge o chamado Desenvolvimento Sustentável que ganha espaço, inclusive, nos debates educacionais. A partir disso, questiona-se: essa perspectiva é a ideal para enfrentar as problemáticas ambientais e para orientar uma Educação Ambiental (EA) crítica? Mais do que isso: as políticas públicas brasileiras contemplam os debates contemporâneos feitos sobre as questões ambientais? Como pode a Educação Ambiental atuar de maneira a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas? As políticas públicas brasileiras atribuem à Educação Ambiental um papel importante nesse cenário?

A pesquisa teve início em Setembro/2019 e encerramento em Agosto/2021, e foi realizada na forma de um subprojeto do Programa Interdisciplinar Olhos no Futuro – A sustentabilidade como promotora do trabalho decente e da infância e juventude. Tal trabalho é fruto do esforço conjunto da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp, do Escritório Campus

Sustentável, com o envolvimento de oito faculdades e institutos da Unicamp (Faculdade de Educação – FE, Faculdade de Engenharia de Alimentos – FEA, Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI, Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – FEEC, Faculdade de Engenharia Mecânica – FEM, Faculdade de Engenharia Química – FEQ, Instituto de Artes – IA e Instituto de Geociências – IG) e conta com o financiamento do Ministério Público do Trabalho de São Paulo.

Tendo essas indagações em vista, o presente projeto buscou, em sua primeira etapa, verificar como as políticas públicas educacionais brasileiras referentes ao meio ambiente têm se relacionado com as problemáticas contemporâneas. Realizou-se a análise de documentos oficiais, normativas, livros e artigos científicos selecionados que abordam as temáticas de políticas públicas, meio ambiente e Educação Ambiental. As avaliações de acontecimentos mais recentes também tiveram como base artigos jornalísticos, que auxiliam em uma caracterização mais precisa da conjuntura.

Já na segunda etapa, houve a elaboração de um material para os docentes e a equipe gestora da Escola Estadual Dr. Telêmaco Paioli Melges, na cidade de Campinas/SP. Com isso, visou-se auxiliar na sua formação continuada de forma a estimular a criticidade e iniciativa quanto à Educação Ambiental para que mudanças concretas possam ser realizadas na escola e na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os significados de Meio Ambiente se diferenciam a depender da época, do local e de quem fala: uma mulher vinculada à luta indígena do século XXI provavelmente compreende o meio ambiente de uma maneira completamente diferente que um industrial estadunidense do século XIX, por exemplo. Desta maneira, destaca-se a dicotomia ser humano-natureza (SANTOS, 2008) como fator essencial para um entendimento conservador do conceito, não enxergando a humanidade como sendo uma parte do meio ambiente. Tal concepção abre espaço para tratar a natureza como um bem material destinado meramente à satisfação das vontades humanas, desprezando a sua complexidade e levando à exploração ilimitada dos ditos “recursos naturais”.

O chamado Desenvolvimento Sustentável reproduz essa linha de pensamento ao favorecer o crescimento econômico, tido como necessário para combater as mazelas da humanidade, sem considerar os danos causados ao não estabelecer limites para esse desenvolvimento. São necessárias novas formas de pensar a nossa sociedade, questionando o que significa ter uma boa qualidade de vida de maneira que os valores individualistas que sustentam o capitalismo sejam substituídos pela cooperação entre as diferentes nações e povos (ACOSTA; BRAND, 2018).

Uma nova forma de compreender o mundo exige uma nova maneira de pensar a educação. Entra aqui a proposta da Educação Ambiental crítica, baseada nas teorias marxista e

freireana e que objetiva o fim das opressões. Indo contra a Educação Ambiental conservadora, que em sua forma atual incentiva o Desenvolvimento Sustentável, a EA crítica aprofunda-se no questionamento do funcionamento do sistema capitalista, compreendendo que o processo de emancipação humana perpassa um melhor relacionamento com a natureza. Não basta que a Educação Ambiental seja um mero instrumento para a sensibilização ou mudança de comportamentos individuais: a transformação precisa ser sistêmica, coletiva e conscientizadora (LAYRARGUES, 2004; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Para compreender como a legislação brasileira enxerga os conceitos de Meio Ambiente e Educação Ambiental, analisou-se as Leis n.º 6.938/81 e 9.795/99, correspondentes à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e Política Nacional de Educação Ambiental, respectivamente (PNEA).

A PNMA tem uma importância histórica ao estabelecer um espaço consolidado para as discussões relacionadas à temática ambiental na legislação brasileira, o que culminou na inclusão de uma seção especificamente sobre o meio ambiente na Constituição Federal. Entretanto, a visão desenvolvimentista que embasou a caracterização do meio ambiente em ambos os documentos não foi superada, ganhando apenas uma nova roupagem para se apresentar como novidade sob a qualificação de “sustentável”.

Por não ultrapassarem a lógica conservadora, perpetua-se em tais leis a dicotomia ser humano e natureza, a qual carrega uma compreensão de mundo que foi feito para ser dominado pela espécie humana e, para tanto, deve ser visto de maneira fragmentada. A mesma visão é estendida para a EA, tida como uma pequena parte da Educação, dificultando a própria proposta da PNEA de ser tratada de maneira transversal.

Esta política traz aspectos muito positivos, como a abordagem da EA regional e globalmente, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, o processo educativo como sendo permanente e o respeito à diversidade cultural e individual. É vantajosa, também, a determinação de que a EA esteja contida em todos os níveis e modalidades de ensino, ultrapassando a educação meramente escolar. No entanto, compreende-se que a PNEA e a PNMA expressam lógicas desenvolvimentistas e alinhadas ao capitalismo – o que é compreensível, visto que o Brasil é um Estado capitalista, com a imensa maioria dos ocupantes de cargos do legislativo coniventes com esse sistema e sua ideologia.

O estudo realizado evidencia as contradições desse pensamento neoliberal que tenta se apropriar de pautas contemporâneas para continuar existindo, como nas questões de pluralidade de ideias e incorporação de uma visão socioambiental sem, entretanto, aprofundar-se nas causas e resoluções dos problemas.

Tais constatações fortalecem o argumento da necessidade de chegar à raiz dos problemas para alcançar mudanças concretas e que não beneficiem apenas uma pequena parte da população, detentora dos meios de produção. A EA precisa existir de maneira crítica, proporcionando reflexões diversas e profundas e possibilitando um caminho de emancipação para

todos os seres vivos. Não cabe, portanto, admitir a educação para a sustentabilidade como sendo adequada para a contemporaneidade, visto que é fundamental ir mais longe nas proposições de soluções para a crise socioambiental vivenciada atualmente.

De modo a incentivar um fazer crítico da Educação Ambiental, foi elaborado um material para os docentes e equipe gestora da Escola Estadual Dr. Telêmaco Paioli Melges que sintetiza as concepções descritas anteriormente, buscando despertar o debate sobre a Educação Ambiental para que ela seja incorporada às práticas da escola. Para tanto, foram gravados 4 vídeos com os seguintes temas:

- 1) Contexto atual — O que estamos enfrentando no Brasil e no mundo?
- 2) Legislação — O que fundamenta a educação ambiental no Brasil?
- 3) E a escola nisso tudo? — Como fazer uma educação ambiental crítica na escola?
- 4) Ideias — Vamos colocar a mão na massa?

Antes da pandemia do COVID-19, pretendia-se que os tópicos citados fossem realizados em discussões presenciais. Entretanto, devido à necessidade de distanciamento social, optou-se por fazer a apresentação em formato de slides e as explicações disponibilizadas em vídeo, de maneira que o próprio corpo docente e equipe gestora possam se organizar para fazer as reflexões com base nos temas abordados.

Espera-se que a produção ajude a incentivar a coletividade, criticidade e criatividade para realizar atividades relacionadas à Educação Ambiental, de modo que toda a comunidade escolar esteja envolvida nos processos.

CONCLUSÃO

Compreendendo-se a urgência dos problemas apontados para a manutenção da vida na Terra como a conhecemos, além de considerar os mecanismos pelo qual opera o imperialismo atualmente, mostra-se fundamental o entendimento da dependência da humanidade em relação à natureza. A EA faz-se necessária, então, a partir de uma abordagem crítica, como ferramenta da mudança de perspectiva para alcançarmos uma transformação profunda na sociedade.

A fim de disseminar tal entendimento, elaborou-se um material disponibilizado para docentes e gestão da Escola Estadual Dr. Telêmaco Paioli Melges contendo não apenas sínteses das conclusões obtidas, mas o incentivo para a discussão das maneiras possíveis de levar uma Educação Ambiental crítica para o cotidiano escolar.

Os resultados serão diferentes a depender de quem, quando e onde estiver discutindo, partindo do preceito de que a educação precisa ser significativa para educadores e educandos, não seguindo um padrão pré-definido, mas sendo construída cotidianamente e de maneira coletiva: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2016, p 120).

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 60ª ed., 2016.

LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em:

https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf. Acesso em 27 ago. 2021.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*: São Paulo, v. XVII, n. 1, pp. 23-40, jan.-mar. 2014.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/abstract/?lang=pt>.

Acesso em 27 ago. 2021.

ONU. **WMO Statement on the State of the Global Climate in 2018**. Genebra, Suíça, 2019.

Disponível em: https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=5789. Acesso em 26 ago. 2021.

ROGELJ, J.; SHINDELL, D.; JIANG, K.; FIFITA, S.; FORSTER, P.; GINZBURG, V.; HANDA, C.; KHESHGI, H.; KOBAYASHI, S.; KRIEGLER, E.; MUNDACA, L.; SÉFÉRIAN, R.; VILARIÑO, M.V.

Mitigation Pathways Compatible with 1.5°C in the Context of Sustainable Development. In: **Global Warming of 1.5°C**. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. Genebra, Suíça. 2018. Disponível em:

https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/02/SR15_Chapter2_Low_Res.pdf. Acesso em 26 ago. 2021.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.